

"As parteiras precisam de um museu": O que a experiência do Museu da Parteira nos ensina?¹

Júlia Morim², Mário Moutinho³

"Midwives need a museum": What can the experience of the Midwife Museum teach us?

1. Introdução

O campo dos museus é bastante vasto e vem sendo debatido a partir de diversas perspectivas. Historicamente está articulado ao campo do patrimônio, uma vez que o museu fundou-se na premissa de ser guardião de memórias, ou seja, de proteger e preservar um seletivo acervo para futuras gerações. Desde sua configuração enquanto instituição aberta ao público, no final do século XVIII, sob o modelo de narrador do passado e de protetor daquilo que merece ser cuidado e conservado, a sua definição e a sua atuação vêm sendo questionadas, moldadas, modificadas e pluralizadas. O título **museu** vem, nos últimos 50 anos, sendo (re)definido e/ou acionado de diferentes formas por distintos grupos e vários são os adjetivos que o acompanham: nacional, universal, normativo, integral, clássico, ecomuseu, comunitário, indígena, experimental, insurgente, de luta, de território, de favela. Mas, enfim, o que é *museu*?

Para o Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão relacionado à UNESCO que congrega profissionais da área dos museus, desenvolve parâmetros para a formação acadêmica, realiza pesquisas, define conceitos e elabora políticas para a área, um museu é, conforme definição aprovada em 2022, uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, **acessíveis e inclusivos**, os museus fomentam a **diversidade e a sustentabilidade**. Com a **participação das comunidades**, os museus funcionam e comunicam de forma **ética e profissional**, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (Aprovada em 24 de agosto 2022. Tradução portuguesa do ICOM Brasil, ICOM Portugal) (ICOM Portugal)

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda em Antropologia. Bolsista CNPq/MCTI. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Realizou Residência Científica em Sociomuseologia, Departamento de Sociomuseologia, Universidade Lusófona, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6141-1936>. julia.morim@ufpe.br

³ Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade de Paris VII-Jussieu/Universidade Nova, Professor no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Lisboa, Portugal. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-0078-6894>, mario.moutinho@ulusofona.pt

Desde sua fundação, em 1946, a definição de museu vem sendo reavaliada pelo ICOM de forma periódica, por meio de consultas e debates, com sua validação ocorrendo durante as assembleias gerais. Entretanto, no mundo, as relações entre iniciativas museais e outras formas de cultura vem tendo suas fronteiras borradas (Gonçalves, 2005) e a própria concepção de museu vem sendo tensionada, alargada e desmaterializada. O museu pode ser entendido como um fenômeno ou um dispositivo de transformação da sociedade, não mais apenas um lugar de guarda e exibição de objetos. O museu pode ser apreendido em processo (Morim, 2020), como um acontecimento (Scheiner, 1999) ou como ações e relações (Šola, 2010).

No bojo dessas transformações um movimento por uma nova museologia vem questionar o caráter elitista, colonialista e eurocentrado dos museus clássicos e propor outras formas de existir enquanto museu, além de questionar seu papel social (Chagas & Gouveia, 2014). Nesse entendimento, o museu deixa de se pautar apenas pelo objeto ou pela coleção e passa a existir a partir de uma ideia (Moutinho, 1996), de uma vontade e das pessoas, sendo impulsionado pelos encontros, trocas e reflexões que pode proporcionar, propagando narrativas outras, não hegemônicas, acerca da comunidade que o idealizou, narradas pela própria. Nesse modelo, a relação com essa comunidade é outra, estando ela agora dentro, sendo parte imprescindível de sua existência e manutenção. Desta forma, o papel do museu passa de colonizador para libertador, comprometido social, ética e politicamente com as comunidades envolvidas e não mais com o dominador e a elite. No âmbito da própria museologia, sua vertente crítica aponta o caráter político dos museus, que extrapola a formação e posse de acervos, a curadoria e a exposição, demandando sua inserção nos contextos sociais. O museu, segundo essa perspectiva, deve atender às demandas sociais e buscar uma construção compartilhada, associando-se às diversas lutas sociais. A museologia deve ser "um recurso para a leitura crítica do mundo contemporâneo e para a sua transformação a partir de práticas socialmente comprometidas e conscientes." (Primo & Moutinho, 2021, p.31).

A mudança de concepção no âmbito museologia vem se dando ao longo de um período temporal demarcado por vários autores como sendo iniciado na década de 1960 (Moutinho & Primo, 2020; Gouveia & Pereira, 2020; Chagas, Primo, Assunção & Storono, 2020), em consequência de um contexto histórico de contestação, em que há uma "crítica à capacidade de representação dos museus tradicionais" (Gouveia & Pereira, 2020, p.36), e de amplos debates internacionais que embasaram e foram incorporados em declarações e documentos de referência⁴. Assim, nos últimos 50 anos, experiências foram inscrevendo outras formas de fazer e pensar o museu. Na década de 1970, na Europa, os ecomuseus pregaram que o museu deveria ser experimentado. Esses museus, relacionados ao território, deslocaram sua atenção dos objetos à comunidade e modificaram sua forma de gestão. Ainda nos anos 1970, a Mesa de Santiago do Chile pautou a relação do museu com seu meio, bem como com o desenvolvimento social, ou seja, ressaltou que os museus deveriam estar preocupados e participando das questões e problemáticas de seu tempo. Na década seguinte, foi criado em Portugal o MINOM - Movimento Internacional por uma Nova Museologia, que também se embasou no questionamento e na revisão da função do museu para a sociedade.

⁴ Sobre os conceitos de museu e museologia, Moutinho e Primo (2020) apresentam uma linha do tempo em três etapas em que os contornos da Sociomuseologia são definidos: a primeira marcada pela Declaração de Santiago do Chile de 1972; a segunda com a Declaração do Quebec de 1984 e a terceira com a Recomendação da Unesco de 2015.

Para essa museologia crítica, chamada de museologia social ou sociomuseologia⁵, não há uma normativa de como deve ser um museu. Há uma pluralidade de possibilidades. Entretanto o seu cerne considera a incorporação das questões sociais às iniciativas e às instituições. Ou seja, o foco não é o quê, mas como. Vários caminhos podem ser percorridos no âmbito de um museu normativo ou de um museu comunitário e/ou experimental. O mais importante é a prática, a forma de fazer, de conduzir, de pensar, desde o seu começo, desde o embrião, considerando suas peculiaridades. Objetiva-se trabalhar **com** as pessoas, tendo objetos, coleções e acervos não como centro das preocupações, mas como coadjuvantes. Como define Chagas et al: "...uma construção que resulta de um contexto histórico específico, que não tem e não quer ter um caráter normativo e que apresenta respostas singulares para problemas também singulares e que, sobretudo, assume explicitamente compromisso políticos e poéticos." (2020, p.54). Na seara museológica, notadamente no tensionamento, na disputa e na experiência prática de fazer e propor museus, iniciativas e processos museológicos que se desenquadram e que não se encaixam totalmente nas definições oficiais e/ou clássicas, o Brasil vem contribuindo com reflexões, experiências e práticas que incrementam a discussão.

O Museu da Parteira integra-se a um grupo de museus que quebram padrões e desviam de expectativas e apresenta-se na disputa pela memória, por narrativas sobre o ofício e por impacto direto na vida das parteiras. Ele surge da vontade de parteiras de terem seu próprio museu, a partir da ênfase no argumento comparativo e no questionamento em relação a outros museus dedicados a pessoas e personalidades que atuaram ou estão em atuação a menos tempo que as parteiras, que "existem desde que o mundo é mundo". Esse desejo emerge durante o processo de patrimonialização do Ofício de Parteira Tradicional que mobilizou a comunidade de parteiras em Pernambuco, estado localizado na Região Nordeste do Brasil. Ele surge também quando as discussões sobre diversas possibilidades de existir enquanto museu estão ganhando cada vez mais força tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas públicas.

2. O contexto brasileiro

No Brasil, a ampliação da noção de patrimônio cultural oficializada pela Constituição Federal (CF) de 1988 implicou em mudanças na política federal de patrimônio, cujo estabelecimento remonta à década de 1930 (Iphan, 2010) e cuja atuação se concentrava na preservação de bens monumentais de "pedra e cal". A partir de debates instaurados no fim dos anos 1990, em 2000 foi publicado o Decreto 3.551, que instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Este instrumento legal institucionalizou a ideia de que

"o patrimônio imaterial não requer "proteção" e "conservação" – no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis – mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentação e acompanhamento e menos preservação"
(IPHAN, 2006, p. 19)

Assim, a atuação governamental, sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), passou da tutela para o reconhecimento e a valorização e

⁵ Chagas et al (2020) apontam Museologia Social e Sociomuseologia como sinônimos, entretanto com origens distintas. O primeiro termo da América Latina e o segundo da Europa.

não mais operou a partir do conceito de autenticidade, mas de continuidade histórica, compreendendo o caráter dinâmico desse patrimônio de modo a abarcar as mudanças passíveis de ocorrer ao longo de sua existência (Iphan, 2006; Cavalcanti, 2018; Carvalho & Simão, 2020). A participação e o engajamento da sociedade desde a demanda pelo reconhecimento, ao longo do processo de documentação e produção de informações, bem como durante sua salvaguarda é outro aspecto que caminhou junto com essa mudança de perspectiva (Arantes, 2009).

A Constituição Federal instaurou também a noção de direito cultural, enquadrando o direito à cultura como direito fundamental. No bojo dessa ampliação de direitos e de uma perspectiva de um país plural e diverso, somadas a um contexto histórico, as políticas culturais ganharam força. Transformações conceituais e políticas similares às ocorridas no âmbito do patrimônio cultural, também pautaram a implementação, em 2003, da Política Nacional de Museus (PNM) e a criação, a partir do desmembramento do Iphan, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), responsável pelo gerenciamento da PNM. Associada ao patrimônio cultural, a PNM voltou-se também à ideia de diversidade que compõe o país e promoveu a ampliação do conceito de museu. A Política Nacional de Museus tem como objetivo:

“promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país.” (MINC, 2003, p. 08)

Segundo Gouveia e Pereira (2020, p.35), a PNM, o Estatuto de Museus e o Plano Nacional Setorial "são marcos legais e políticos inéditos no Brasil", que favoreceram que "a museologia social passasse a fazer parte do repertório das políticas de cultura, aproximando Estado e sociedade civil para debaterem memória e patrimônio cultural". Conceitos como cidadania, função social, diversidade e patrimônio são empregados para orientar a política e seus programas. Desse modo, outras formas e/ou categorias de museu e de ações museológicas – museus comunitários, ecomuseu, museus locais – foram elencadas no âmbito dos princípios orientadores da política, os quais incidem diretamente nas ações realizadas, a exemplo do Programa Pontos de Memória, lançado em 2009 pelo Ibram, que tinha como objetivo “atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus”⁶. Assim, a política impulsionou iniciativas que já vinham sendo realizadas de forma autônoma por fazedores da cultura popular e incentivou a organização e o surgimento de outras. Houve, portanto, uma conjuntura histórica de contestação e mudanças, bem como de fomento a outras possibilidades, propiciando o florescimento de iniciativas museológicas diversas e o agenciamento do instituto museu para alianças em contextos de luta diversas, seja por memória, por território e/ou por desestigmatização. Ao analisar a trajetória da política federal para museus, Gouveia e Pereira (2020) indicam que pela primeira vez na história esta foi desagregada e deixou de ser subordinada à política patrimonial. Ao descreverem as conexões acionadas e os agentes envolvidos, ressaltam que o Estado não executou em sua totalidade o que estava previsto.

⁶ In: < <https://www.museus.gov.br/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em 16 set 2020.

Entretanto, as autoras destacam que a articulação em rede e a abertura ao diálogo demonstram uma emergência e a incidência da museologia social no país.

Nas últimas décadas, as políticas setoriais de cultura deslocaram perspectivas e objetivos, abarcando outros atores, que passaram a ser reconhecidos como parte da memória e patrimônio brasileiros, ou seja, participantes nos processos de atribuição de valor ensejados pela patrimonialização e pela musealização. Atores aos quais, oficialmente e historicamente, não havia sido permitido ou facilitado o acesso a essas políticas públicas e, conseqüentemente, a recursos financeiros para execução de projetos e ações que envolvessem suas próprias narrativas sobre si (Motta, 2019; Motta & Oliveira, 2018). É importante lembrar que o país passou por um período (2016-2022) de desmonte e criminalização da cultura - inclusive com a extinção do Ministério da Cultura -, que impactou na efetivação dessas políticas, mas que atualmente estão sendo retomadas.

3. O Museu da Parteira

É nesse cenário e na interseção entre patrimônios e museus, dois campos muito próximos e que se atravessam constantemente, que o Museu da Parteira é gestado e parido. Assim, a iniciativa transita entre essas duas gramáticas e aciona essas duas políticas, expandindo o entendimento do que é museu. O Museu da Parteira é uma experiência para além da noção de museu como um espaço físico com uma coleção de objetos. É uma iniciativa de cunho museológico, que realiza as funções primordiais de pesquisa, preservação e comunicação e que se amplia para além delas, com uma atuação de cunho político. Não segue as regras, no sentido de, por exemplo, ter o plano museológico obrigatório, conforme rege o Estatuto dos Museus⁷, ou se enquadra completamente na definição de Museu do ICOM.

No âmbito de um processo de patrimonialização, o Museu da Parteira deriva do desejo de parteiras pernambucanas de terem seu próprio museu. Entretanto, o museu só foi ser entendido pelos seus integrantes enquanto tal após realizar diversas ações e atividades museológicas, conforme narrado por Morim (2020): "O Museu da Parteira passou, então, a ser denominado como um museu em processo. Um museu que não estava acabado. Uma iniciativa que agregava pessoas e instituições em torno do ofício de parteira. Um museu que estava sendo gestado e que existia ao mesmo tempo" (pg.17). Compõem, coordenam e conduzem o museu, de forma compartilhada, participantes das Associações de Parteiras Tradicionais de Jaboatão dos Guararapes e de Caruaru, do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da organização da sociedade civil Grupo Curumim.

Assim como outros museus comunitários e/ou experimentais⁸, a iniciativa aciona e assume o título de museu sem necessidade de uma afirmação externa, trilha um caminho de produção e difusão de acervos e, principalmente, promove a valorização do ofício e das mulheres que o detém. O museu busca valorizá-las, fazer com que, conforme suas demandas, atuem da melhor forma possível e que tenham acesso às políticas públicas de saúde, de cultura e de

⁷ Lei Federal 11.904/2009, que regula toda a atividade museológica no país.

⁸ Segundo Brulon Soares (2019), "a Museologia Experimental existe onde a disputa social pelos sentidos investidos às referências culturais locais produz regimes de valor imprevisíveis e inerentes aos próprios grupos que passam a atuar em sua automusealização" (p.201). Mais recentemente, em 2002, ao analisar uma coleção fotográfica do Museu das Remoções, Brulon diz que "aqui entendemos a museologia experimental como um tipo de 'museologia da libertação', cujo propósito é o de libertar a experiência social dos regimes disciplinares de museus e museologias normativos e opressores." (pg.21)

seguridade social. O Museu da Parteira não está vinculado a uma comunidade territorial específica, mas ao ofício de parteira tradicional e às comunidades, no plural, atendidas por elas, o que faz dele um museu singular com atuação concentrada, por enquanto, em Pernambuco, onde surgiu, porém em articulação com parteiras e associações de outros estados, a exemplo da Associação Algodão Roxo, do Amazonas, e a Rede Estadual de Parteiras Tradicionais do Amapá, ambas na região norte do país.

As parteiras tradicionais são mulheres que atuam no cuidado de outras mulheres, notadamente durante a gestação, o parto e o puerpério, mas sem restringir-se a esse ciclo, visto que ampliam o cuidado para toda a família. Por sua atuação, as parteiras assumem um lugar de destaque e respeito em sua comunidade, sendo chamadas de *mães de umbigo* e de *madrinhas* pelas crianças que ajudaram a vir ao mundo e de *comadre* pela mãe e pelo pai da criança. Aprendem seu ofício na prática, por meio da oralidade, da escuta e/ou do acompanhamento de outras mulheres, e seguem constantemente aprendendo, uma vez que "cada parto é diferente do outro". A disponibilidade, a religiosidade, a distinta relação com o tempo, o entendimento do corpo, a consciência do limite de sua atuação e a responsabilidade assumida com a mulher, a família e a comunidade integram seu ofício (Morim, 2023). As mãos são sua principal ferramenta de trabalho, como explica Dona Prazeres, parteira do município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife: "*Os olhos das parteiras estão nas mãos*". Atuam sozinhas ou em companhia de mais uma ou duas parteiras e, na atualidade, em geral, restringem-se a um determinado raio de distância de sua casa. Essa característica de sua atividade faz com que estejam presentes em todo o território nacional, muitas vezes sem articulação com outras parteiras. Seu ofício, assim como outros saberes populares, tradicionais e femininos, é desvalorizado e por vezes perseguido em uma sociedade que supervaloriza a tecnologia, de modo que muitas dessas mulheres não se dizem parteiras⁹. Termos como curiosa e leiga, por exemplo, foram utilizados por muito tempo para adjetivá-las de forma pejorativa, notadamente pelo campo da saúde. Inclusive, *tradicional* é um título externo (Müller, Menezes Neto, Morim & Silva, 2021, p.385) que, em contraponto a esses outros adjetivos, visa valorizar o ofício, ressaltando não a falta de conhecimento, como no termo leiga, mas o fato de elas possuírem, carregarem consigo e transmitirem saberes.

É nesse contexto, a partir de um viés patrimonial, que germina a ideia do Museu da Parteira. Uma iniciativa que deseja propor um outro olhar para o ofício e unir mulheres que encontram-se em suas comunidades, alinhando suas histórias, seus saberes e suas potências. As pessoas que estão à frente da condução do museu são parteiras tradicionais, pesquisadores e ativistas que se aproximaram durante o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), iniciado em 2008, e que se identificaram com a ideia da necessidade de museu. O ano de 2012 marca o início desse sonho, quando elabora-se um projeto de extensão vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE para imaginar esse museu desejado. O projeto visava discutir questões relacionadas ao campo do patrimônio e aos diversos modelos de museus. Apesar de não ter sido executado como previsto, de certa forma, o projeto funcionou

⁹ É comum o relato de que muitas mulheres que "pegavam menino" não assumem essa prática a pessoas desconhecidas, por medo de perseguições. Circulam também proibições de atendimento aos partos, mas que ninguém sabe a origem. São boatos, uma vez que não há, no Brasil, legislação que proíba a atuação da parteira tradicional. Inclusive o Ministério da Saúde atua há décadas junto às parteiras (mais recentemente com o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, iniciado em 2000).

como guia para ações posteriores. Assim, a vontade, o entendimento, o impulso e o tempo foram nutrindo e dando corpo ao museu como ele está hoje.

As ações e as atividades do museu vão sendo desenhadas de modo espontâneo, no convívio entre comadres. Durante um cafezinho, por exemplo, uma parteira fala de suas ideias, de seus desejos, ou por meio do grupo de Whatsapp do Museu, propostas são compartilhadas. Assim, a equipe mais técnica, com experiência em elaboração de projetos, captação de recursos, inscrição em editais e articulação de parcerias e apoios, busca formas de executar essas ideias. A perspectiva de gênero embasa a atuação da parteira e, portanto, do Museu da Parteira, e as ações de cunho museológico, patrimonial, artístico e/ou acadêmico realizadas acionam diversos suportes e espalham-se por diversas áreas: fotografia, audiovisual, exposições em espaços museais, publicações de livros e artigos, seminários virtuais e presenciais, participação em debates, encontros e/ou congressos. Se em 2012, o museu era um desejo, ao longo do tempo ele foi se concretizando enquanto espaço de mediação, atuando de forma contínua como articulador entre parteiras, parteiras e instituições, parteira e grupos, enfim, parteiras e sociedade ampla.

Apesar de ser um museu singular, "sem muros, desterritorializado, itinerante, conformando-se em um lugar de reflexão e articulação de novas ideias e parcerias", conforme se apresenta em seu *site*, o modelo de museu que possui acervo e exposição permanente é vislumbrado e existe desde o início, quando Prazeres e Zefinha decidiram que esse museu se instalaria em Caruaru, cidade do agreste de Pernambuco, cuja Associação de Parteiras Tradicionais foi bastante ativa, congregou muitas parteiras e teve Zefinha como presidenta durante muitos anos. Entretanto, o interesse em uma ideia clássica de museu não significa que os padrões de ouro da museologia serão seguidos. Atualmente o que se compreende enquanto acervo do Museu da Parteira está guardado de forma difusa nas organizações que o integram e nas casas das parteiras. São livros, folders, cartazes, fotografias, banners, camisas, atas, ofícios, documentos e objetos nos mais diversos suportes e formatos. São acervos guardados, acervos utilizados, acervos perdidos¹⁰, acervos digitais que não foram inventariados. É a partir desse acervo disperso que se pretende realizar um processo de inventário, catalogação e seleção para uma futura exposição e um possível futuro museu físico.

Todavia, no decorrer de sua feitura e existência, o Museu da Parteira produziu seu próprio acervo por meio dos projetos realizados, notadamente em meio digital e virtual, a exemplo de fotografias, filmes e vídeos de seminários e encontros. Estar no mundo virtual é inevitável e também uma ferramenta de armazenamento da produção e também de divulgação. O Museu iniciou-se na virtualidade com um perfil no Facebook, depois no Instagram e posteriormente com um canal no Youtube. Em 2022, com incentivo do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), o Museu lançou seu *site*¹¹, que registra o amplo processo de documentação, promoção e difusão do universo relacionado ao ofício de parteira com vistas a fomentar o acesso a informações sobre esse assunto. No *site* estão elencadas e detalhadas as principais ações desenvolvidas, há também uma área destinada ao compartilhamento de experiências, reflexões, textos e relatos denominada Troca de Saberes, e a seção Biblioteca,

¹⁰ Em junho de 2023, o Museu da Parteira esteve participando da Casa da Parteira, espaço destinado pela Prefeitura de Caruaru para divulgação do ofício da parteira durante o São João de Caruaru, e parte das fotografias que estavam em exposição foram molhadas pela chuva e se estragaram.

¹¹ Site do Museu da Parteira: www.museudaparteira.org.br

voltada para reunir produções textuais, audiovisuais e publicações dos meios de comunicação sobre o tema. Assim, o *site* busca ser um local de confluência de informações sobre o ofício de parteira tradicional, bem como sobre o museu, mas não caracteriza-se enquanto um museu virtual. É pensando, portanto, como um centro de referência *on-line* acerca dos saberes e práticas das parteiras tradicionais, por meio da organização, em um único ambiente, de documentos, publicações, vídeos sobre o universo das parteiras tradicionais, bem como um meio de registrar e promover as ações do Museu. Ter um endereço na internet amplia o alcance das ações e a interlocução com diversos atores cuja atuação tangencia a do museu.

Os projetos propostos e conduzidos pelo museu são, geralmente, financiados por meio de editais públicos de cultura, notadamente em nível estadual. Assim como o *site*, foram realizados com incentivo público uma exposição fotográfica itinerante, dois curta-metragens, uma série de seis pequenos filmes, um livro biográfico sobre três parteiras pernambucanas, um livro fotográfico, um mapeamento junto a povos indígenas, uma pesquisa voltada para inovação e atualmente está sendo realizado o inventário e a catalogação do acervo pertencente à Associação de Parteiras Tradicionais de Caruaru¹². São várias as frentes de trabalho, com participação contínua das parteiras, conforme suas disponibilidades, e com um membro responsável pelo projeto de acordo com suas habilidades e vontades. Em cada uma das ações realizadas busca-se promover momentos de reunião e trocas. O lançamento de um livro promoverá momentos de encontro e debates, a exibição de um filme também. Desta forma, criam-se espaços para se falar, discutir e difundir os sentidos do ofício e sua atualidade, assim como as biografias e experiências das parteiras.



Imagem 1 - Museu da Parteira ocupa Oficina Francisco Brennand (2022).
Fonte: Museu da Parteira

Além do espaço cibernético e de suas próprias ações, o museu existe ocupando instituições e museus concretos e normativos, como ocorreu nas exposições "Museu da Parteira: Acolhimento, Resistência e Visibilidade" (2016-2017), realizada no Museu do Homem do Nordeste, e "Museu da Parteira: Saberes e Práticas" (2017), ocorrida no Museu da Abolição, e no OCUPE promovido pela Oficina Francisco Brennand¹³(2022), ocasião em que houve o

¹² Para maiores informações sobre os projetos e ações do Museu da Parteira, acesse: <https://museudaparteira.org.br/acoes/>

¹³ Ocupe é um projeto que consistia em convidar outros museus para, em dias específicos, ocupar e promover atividades em seu espaço.

lançamento presencial do *site*, com exibição de filmes realizados pelo Museu e promoção de roda de conversa com parteiras do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru e do Povo Pankararu (sertão). Outros exemplos são a participação na Semana do Bebê, promovida pela Prefeitura do Recife, e a Casa da Parteira, espaço organizado pela Prefeitura de Caruaru durante os festejos juninos, que integra uma cidade cenográfica na qual aspectos da cultura local são ressaltados.



Imagem 2 - Museu da Parteira ocupa Oficina Francisco Brennand (2022).
Fonte: Museu da Parteira



Imagem 3 - Casa da Parteira no São João de Caruaru (2024). Autora: Júlia Morim

O museu também integra a grade de programação de eventos anuais organizados por instituições diversas como a Semana do Patrimônio de Pernambuco, promovida pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), e da Semana Nacional de Museus, articulada pelo Ibram. Em 2020, o museu coordenou o Webinar "Parteiras Tradicionais e Patrimônios", que suscitou debates sobre a patrimonialização e a divulgação de aspectos que estão relacionados ao ofício em quatro sessões que discutiram políticas públicas e experiências governamentais de programas voltados a parteiras tradicionais; pesquisas etnográficas e históricas sobre partos e parteiras tradicionais; iniciativas institucionais para promoção do ofício de parteira tradicional; e associativismo e experiências diversas com associações de parteiras tradicionais. Em 2021, organizou, de modo virtual, a roda de conversa "Encontros do Norte: o

Museu como meio" que reuniu parteiras tradicionais do Norte e do Nordeste do país visando tecer e fortalecer o intercâmbio. O uso do recurso da transmissão ao vivo durante a pandemia foi uma solução encontrada para oportunizar encontros e trocas, já que não era possível realizá-los de modo presencial.



Imagem 4 - A parteira Fernanda recebe visitante na Casa da Parteira (2024).
Autora: Júlia Morim

Em 2023, o Museu foi certificado como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). No edital de retorno da política dos Pontos de Memória, do Ibram, o Museu foi premiado com nota máxima pela atividade denominada "Troca de Saberes: Tecendo Redes", que consiste no trabalho contínuo de articulação entre sociedade e parteiras e entre elas próprias, alinhando pessoas, lugares e instituições em todo o país. Talvez esta seja a atividade basilar deste museu: promover encontros e interlocuções.

No ano seguinte, em 2024, essa mesma atividade foi agraciada com o Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, ofertado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O primeiro é voltado ao fortalecimento do campo de estudos antropológicos dos patrimônios culturais e museus e o segundo, que é uma forma de reconhecimento e de fomento a ações de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, foi realizada em parceria com o Ministério das Mulheres e teve como tema "Visibilidade de Gênero na Economia do Patrimônio".

No tocante à agência no campo patrimonial, o museu reforçou a demanda pela patrimonialização do ofício junto ao Iphan por meio de uma campanha em suas redes sociais, buscando formas de pressionar a instituição a concluir o processo, divulgando que o procedimento administrativo estava em andamento. Por um lado, o museu decorre desse processo de patrimonialização, sendo, conforme pontuado anteriormente, de certa forma consequência da mobilização do INRC, que estimulou o contato entre parteiras e proporcionou que a vontade de um museu chegasse ao conhecimento do grupo que hoje o conforma. Por essa perspectiva, o museu vem se desenvolvendo e promovendo ações de salvaguarda. O enquadramento no campo patrimonial, usando seus léxico e categorização, foi acionado pelo museu em editais de premiação e de reconhecimento da atuação de parteiras tradicionais, tanto em nível municipal quanto estadual. Em 2018, o Museu colaborou com informações e documentos para a elaboração do dossiê de candidatura da parteira Maria dos Prazeres de Souza

como Patrimônio Vivo de Pernambuco submetido pelo Conselho Municipal de Cultura de Jaboatão dos Guararapes, município onde ela reside, e participou na etapa seguinte do processo durante a arguição e defesa pública, na qual foi exibido um trecho do curta-metragem Simbiose, realizado pelo Museu. Nesse ano, Prazeres foi titulada Patrimônio Vivo de Pernambuco, sendo a primeira parteira tradicional a ser incluída nessa lista. Nos anos seguintes, o museu elaborou o dossiê e também participou das etapas de defesa pública da candidatura de mais três parteiras tradicionais integrantes do Museu: Dona Zefinha, reconhecida como Patrimônio Vivo de Caruaru em 2021; Maria das Dores da Silva Nascimento (Mãe Dôra), reconhecida como Patrimônio Vivo de Pernambuco em 2022; Edileusa Maria da Silva, reconhecida como Patrimônio Vivo do Recife em 2023. Além do título, o reconhecimento implica em uma remuneração vitalícia, a inclusão em atividades e programas das secretarias de cultura dos respectivos municípios e do estado e o compromisso no repasse de seus saberes.

O ofício de parteira é um patrimônio cultural do Brasil e precisa ser valorizado

O Museu da Parteira é um coletivo cultural que há mais de 10 anos tem promovido ações de valorização das parteiras tradicionais. Nossa história se confunde com a história do processo de registro destes saberes e práticas como patrimônio cultural imaterial do Brasil, uma demanda que nós provocamos antes de nos entendermos como um museu, mas já nos dedicando a projetos que abordavam o ofício de parteira pela perspectiva do patrimônio.

Não temos dúvida da importância das parteiras para as suas comunidades, na promoção de estratégias de saúde e de cuidado que são afetivas, igualitárias, integrais - as parteiras atendem o parto e cuidam de toda a comunidade. Elas são guardiãs de saberes que passam de geração a geração pela fala e pelo gesto, de origem africana, indígena, e em diálogo com muitos outros saberes.

Apoie o reconhecimento do ofício de parteira como patrimônio cultural do Brasil!

O Museu da Parteira é uma iniciativa das Associações de Parteiras Tradicionais de Caruaru e de Jaboatão dos Guararapes (PE), das parteiras indígenas Pankararu, de pesquisadoras ligadas ao Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE, Escola de Belas Artes da UFMG e Grupo Curumim.



Museu da Parteira



Dossiê Parteiras Tradicionais do Brasil (Iphan)



Imagem 5 - Panfleto utilizado na campanha nas redes sociais em prol do reconhecimento do Ofício de Parteira Tradicional como Patrimônio Cultural do Brasil. Fonte: Museu da Parteira.

Durante a pandemia de coronavírus foram sancionadas as leis federais Aldir Blanc e Paulo Gustavo, nomeadas em homenagem a artistas que morreram em decorrência do COVID-19. Ambas são leis emergenciais que visavam minimizar o impacto da pandemia junto aos fazedores da cultura por meio de premiações e de recursos para realização de projetos. Os recursos foram repassados pelo governo federal para estados e municípios e os editais foram adequados às realidades locais. Em Pernambuco, entre 2020 e 2023, foram publicados três editais com a finalidade de premiar mestres e mestras da cultura popular e tradicional. O Museu da Parteira apresentou candidatura de parteiras em todos, de modo que em oito oportunidades parteiras foram beneficiadas com prêmios em dinheiro que, além do reconhecimento de sua trajetória, possibilitaram melhorias em suas vidas. Abaixo o quadro indica prêmios e títulos recebidos pela iniciativa e pelas parteiras.

MUSEU DA PARTEIRA

Prêmios para a Iniciativa				
Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho (FUNDARPE)	Estadual	Patrimônio	Acervo e Memória	2018
Prêmio Pontos de Memória (IBRAM)	Nacional	Museologia	Museologia Social	2023
Prêmio Mário de Andrade (ABA)	Nacional	Antropologia	Divulgação e Difusão	2024
Prêmio Cultura Viva Zefinha Parteira (Prefeitura de Caruaru)	Municipal	Cultura Viva	Cultura Viva	2024
Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN)	Nacional	Patrimônio	Patrimônio	2024

Prêmios e Títulos para Parteiras				
Prêmio de Salvaguarda de Saberes Tradicionais e da Cultura Popular/Lei Aldir Blanc/Pernambuco				
Mãe Dôra (Indígena) Zefinha Parteira (Agreste)	Estadual	Patrimônio e Cultura Popular	Mestres e Mestras	2020
Prêmio de Salvaguarda Emergencial da Cultura Popular e Povos e Comunidades Tradicionais, Lei Aldir Blanc/Pernambuco				
Edileusa (Recife/Capital) Juliana Pankararu (Indígena)	Estadual	Patrimônio e Cultura Popular	Mestres e Mestras	2021
Prêmio Salvaguarda das Culturas Populares, dos Povos e Comunidades Tradicionais LPG/PE				
Edileusa (Recife/Capital) Mãe Dôra (Indígena) Juliana Pankararu (Indígena) Tia Ana (Indígena)	Estadual	Patrimônio e Cultura Popular	Mestres e Mestras	2023
Edital PNAB de Premiação para Mulheres Negras				
Dona Prazeres (Jaboatão/Região Metropolitana) Edileusa (Recife/Capital)	Estadual	Contribuição Artística e Cultural	Mulheres Negras	2024
Prêmio Salvaguarda das Culturas Populares PNAB/PE				
Naninha Parteiros (Jaboatão/Região Metropolitana)	Estadual	Cultura Popular	Mestres e Mestras	2024
Patrimônio Vivo de Pernambuco Prazeres	Estadual	Patrimônio	Mestras	2018
Patrimônio Vivo de Caruaru Zefinha Parteira	Municipal	Patrimônio	Mestras	2021
Patrimônio Vivo de Pernambuco Mãe Dôra	Estadual	Patrimônio	Mestras	2022
Patrimônio Vivo do Recife Edileusa	Municipal	Patrimônio	Mestras	2023
Notório Saber em Cultura Popular (Universidade de Pernambuco) Prazeres	Estadual	Saúde Popular	Mestras	2021
Notório Saber em Cultura Popular (Universidade de Pernambuco) Mãe Dôra	Estadual	Saúde Popular	Mestras	2024

Quadro 1 - Prêmios e Títulos (Fev/2025). Elaborado pela autora.

O Museu vai, assim, espalhando-se, ocupando espaços, acionando políticas, apropriando-se de lugares, propondo atividades e projetos e existindo onde as pessoas que o fazem estão. Por se conceber como um lugar de promoção de trocas e conexões, o museu alcança também lugares e momentos que se articulam ao ofício, circulando nas esferas de museus e de

patrimônio, e também fora, a exemplo da saúde, local a partir do qual as parteiras foram por muitos anos vistas, promovendo uma fricção entre os campos.

4. O que nos ensina o museu da parteira?

Integro o Museu da Parteira desde o seu começo, atuando como mediadora do mundo das parteiras com o mundo burocrático, colaborando com a reunião de informações sobre o ofício, tentando colocar em texto e em imagens esse universo e buscando moldar essa ideia de um museu. Participei também da equipe de pesquisa do INRC e também da equipe que foi responsável pela documentação submetida ao Iphan em 2021 para o reconhecimento do Ofício como Patrimônio Cultural do Brasil. Portanto, olho e escrevo de dentro. Escrevo e reflito durante o processo de feitura desse museu.

O ofício de parteira tradicional nos uniu em algum momento de nossas vidas e a relação estabelecida se fortaleceu na construção desse museu que nasceu da imaginação museal e do desejo de parteiras pernambucanas de narrarem suas histórias por si próprias. Esse processo envolveu afetos, descobertas, afirmações, reflexões e (re)conhecimentos. O museu tem como foco o ofício de parteira e caracteriza-se pela perspectiva de gênero, desterritorialidade e itinerância. O Museu da Parteira está onde suas integrantes estão. O museu está onde Dona Prazeres está, onde Fernanda está, onde eu estou.

O museu como instrumento de luta é utilizado por diversos grupos e comunidades para distintas finalidades: valorização do lugar e das pessoas, direito ao território, desestigmatização, etc. Museus como o Museu da Parteira, tanto pela forma como nascem quanto pela forma como são geridos, buscam intervir na realidade e transformá-la, modificando a vida das pessoas de suas comunidades e grupos. Dona Prazeres, idealizadora do museu, refere-se sempre à resistência, à não desistir, a continuar com sua atividade – que é frequentemente questionada e narrada, pelo modelo hegemônico de medicina, como algo que ficou no passado, algo ultrapassado, mas que está pulsante na atualidade, se adaptando, promovendo a “simbiose”¹⁴ entre domínios distintos do conhecimento. Apesar de serem alvo de políticas do campo da saúde há algumas décadas, percebe-se que há muito o que ser feito para que as parteiras sejam plenamente reconhecidas. Ao promover os saberes e as práticas de parteiras tradicionais, o museu ressalta a abordagem do ofício por uma perspectiva patrimonial. O acionamento de políticas culturais vem se mostrando uma estratégia relevante para dar visibilidade às suas pautas e alcançar direitos (Müller et al, 2021, p.394).

Com suas ações, o Museu da Parteira amplia e reforça as parcerias possíveis entre poder público, sociedade civil organizada, movimentos sociais e o público em geral, redimensionando seus papéis, seu potencial de apoio aos saberes tradicionais das parteiras e a visibilidade sobre como eles representam importantes elementos de nossa identidade. Há um incremento considerável das narrativas sobre o nascer e o viver a partir da circulação das parteiras em espaços institucionais e oportunidades de diálogos diversos.

O Museu da Parteira vem existindo e atuando de modo transversal nos campos da museologia, cultura popular, patrimônio, saúde, antropologia e audiovisual, sendo orientado pelo e a partir do protagonismo das mulheres, com temática e equipe eminentemente feminina, engendrando outras lógicas, propondo outros pontos de vista. Assim, incrementa narrativas que

¹⁴ Simbiose é um conceito utilizado por Dona Prazeres para referir-se a sua forma de atuação, que lança mão de conhecimentos tradicionais e acadêmicos/científicos.

dizem respeito a questões de gênero porque traz a perspectiva de um saber de mulheres que cuidam de mulheres e vislumbra caminhos e possibilidades múltiplas. O desejo de um espaço físico, à semelhança de um museu clássico, permanece presente e está sendo trabalhado para que se concretize, em sintonia com a avaliação de Petrunina (2023) baseada em uma série de experiências descritas em duas publicações do ICOM:

Todos os ativistas destes chamados museus esperam adquirir os componentes dos museus tradicionais: querem obter locais para uma exposição permanente, pretendem acumular coleções, estão a fazer planos para organizar exposições. Esta atividade visa os afazeres internos das comunidades, principalmente no desenvolvimento de uma interação mais próxima entre as pessoas e no delineamento de limites para a autoidentificação. (pg. 11)¹⁵

A experiência do Museu da Parteira demonstra o acionamento da ideia de museu para a construção de narrativas, de ações concretas, de produção e circulação de conteúdo a partir do olhar compartilhado e colabora com a provocação no campo museal sobre formas, desenhos e propostas de museus que incidem também na vida cotidiana. Museus, em suas múltiplas formas, são caminhos para jogar luz sobre outros pontos de vista, formas de fazer e de existir, outros saberes, outras formas de expor, de funcionar, de narrar. Segundo Müller (2022):

(...) as parteiras têm muito a ensinar para os saberes formais, como o nosso da academia, como o da biomedicina e o sistema oficial de saúde, e também para os museus. Eu diria que talvez fazendo a gente pensar sobre os poderes que os museus mobilizam (o seu potencial) as parteiras têm nos colocado as mesmas questões de partida que trazemos hoje: de que poderes se faz o museu? Que museus os poderes mobilizam? Será que eles têm incorporado epistemes como essa das parteiras tradicionais? De minha parte, por tudo que há de político no que as parteiras nos ensinam, eu estou cada vez mais convencida de que **os museus precisam das parteiras**.

O Museu da Parteira converge com a política cultural do momento histórico em que surge e se desenvolve, à qual aciona para pautar uma outra perspectiva do ofício e demandar reconhecimento e valorização. As contribuições mútuas e a pedagogia da simbiose de Dona Prazeres fazem do museu um ajuntador e ao mesmo tempo espalhador de pessoas, coisas, histórias e narrativas. O museu se descobre e se desenha nas possibilidades, acontecendo em processo (Morim, 2020). Assim como o trabalho das parteiras, o museu "não tem dia nem tem hora". Existe itinerante, carregado por aquelas que o fazem, existindo no fazer, na travessia, no caminho, deixando as marcas de seu traçado e trançado e unindo-se a uma gama de experiências que demonstram outras formas políticas de ser museu.

Referências bibliográficas:

Arantes, A. A. (2009). A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Em *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Editora Massangana.

¹⁵ No original: "All the activists from these so-called museums hope to acquire the components of traditional museums: they want to get sites for a permanent exhibition, they intend to amass collections, they are making plans to organize exhibitions. This activity is aimed at the internal tasks of communities, mainly on the development of closer interaction between people and the outline of boundaries for self-identification."

- Carvalho, L. G. de, & Simão, L. de M. (2021). Notáveis Ausências nos Vinte Anos da Política de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Em *Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas no Brasil: trajetórias e desafios*. (p. 21–42). Letramento.
- Cavalcanti, M. L. V. de C. (2018). A Proteção Legal do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Em *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60o aniversário*. (1º ed, p. 48–80). E-Papers; ABA Publicações.
- Chagas, M., & Gouveia, I. (2014). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, 27(41), 9–22.
- Chagas, M., Primo, J., Assunção, P., & Storino, C. (2020). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Em *Introdução à Sociomuseologia* (Vol. 41, p. 53–75). Edições Universitárias Lusófonas.
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Os museus e a representação do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 31, 254–273.
- Gouveia, I., & Pereira, M. (2020). A emergência da Museologia Social. Em *Introdução à Sociomuseologia*. (p. 35–52). Edições Universitárias Lusófonas.
- ICOM Portugal. (2022, agosto 24). *Definição de Museu*. ICOM Portugal. <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu>.
- IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (2006). *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. (4º ed). Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Morim, J. (2020). *Museu da Parteira: Que museu é esse?* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Fundação Joaquim Nabuco.
- Morim, J. (2023, junho 21). *Parteiras, comadres e madrinhas: notas acerca de um saber pautado no cuidado*. Museu da Parteira. <https://museudaparteira.org.br/troca-de-saberes/parteiras-comadres-e-madrinhas-notas-acerca-de-um-saber-pautado-no-cuidado/>.
- Motta, A. (2019). Direitos Culturais e Ações Museais. Em *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus [ebook]*. Editora Imprensa Universitária.
- Motta, A., & Oliveira, L. (2018). Políticas da cultura na cena pública: patrimônio, museus e o direito à diferença. Em *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60o aniversário*. (1º ed, p. 467–491). E-Papers/ABA Publicações.
- Moutinho, M. (1996). A Museologia Informal. *Boletim da Associação Portuguesa de Museologia*, 3, 1–5.
- Moutinho, M., & Primo, J. (2020). Referências teóricas da Sociomuseologia. Em *Introdução à Sociomuseologia* (p. 17–34). Edições Universitárias Lusófonas.
- Müller, E. (2022, julho 7). *O que há de político no que as parteiras trazem para dentro do Museu?* Museu da Parteira. <https://museudaparteira.org.br/troca-de-saberes/o-que-ha-de-politico-no-que-as-parteiras-trazem-para-dentro-do-museu/>.
- Müller, E., Menezes Neto, H., Morim, J., & Silva, M. M. T. da. (2021). A patrimonialização do ofício de parteira tradicional como reparação social. Em *Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas no Brasil: trajetórias e desafios*. (p. 375–396). Letramento.

- Petrunina, L. (2023). What is the next step after the new museum definition? *Journal of science.*, 43, 8–13. https://www.lyon-science.com/wp-content/uploads/2023/05/Lyon_42.pdf.
- Primo, J., & Moutinho, M. (2021). Uma releitura do mundo pelo olhar da Sociomuseologia. Em *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. (p. 17–32). Edições Universitárias Lusófonas.
- Scheiner, T. (1999). *As bases ontológicas do Museu e da Museologia*. 133–164.
- Sola, T. (2010). The Museum Definition: Questioning the Scope and Motives. Em *What is a Museum?* Verlag Dr. C. Müller-Straten.